



**AS ENCHENTES E A
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:
PORTO ALEGRE, MAIO DE 2024 .**





GODOY, Maria Gabriela Curubeto; BOSKA, Gabriella de Andrade: Porto Alegre, maio de 2024. Porto Alegre: Grupo Passa e Repassa: políticas públicas da população em situação de rua/UFRGS e UFPel, 2024.
19 p.: il. – Relatório.

1. População em Situação de Rua. 2. Enchentes 3. Indicadores Sociais. 4. Vulnerabilidade Social. 5. Pobreza.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO: a calamidade e a população em situação de rua

O projeto Passa e Repassa, de Pesquisa e Extensão, com membros da UFRGS e UFPEL, apoiadores de diversos grupos, coletivos e movimentos sociais que atuam com a População em Situação de Rua (PSR), tem acompanhado sistematicamente a oferta de ações e serviços voltados para a PSR por parte do poder público de Porto Alegre desde a pandemia, apresentando neste documento um panorama da situação atual antes, durante e logo após as enchentes.

As enchentes¹ ocorridas ao longo do mês de maio de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul provocaram um estado de calamidade pública, definido pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil como:

“Situação anormal provocada por desastre causadora de danos e prejuízos que implicam o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido, de tal forma que a situação somente pode ser superada com o auxílio dos demais entes da Federação” (BRASIL, 2012: 1).

A mesma legislação define desastre como "resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes

¹ Embora “inundações” seja a terminologia mais correta, ao longo deste relatório optaremos por termos mais coloquiais e populares na tentativa de facilitar o acesso e compreensão do texto por distintos segmentos da população para além do acadêmico.

prejuízos econômicos e sociais." (BRASIL, 2012: 1). Esse desastre afetou cerca de 2,3 milhões de pessoas. Segundo estimativas realizadas pela UFRGS a partir de observações realizadas por satélite, a região metropolitana no entorno de Porto Alegre, tinha **242 mil domicílios e 442 mil pessoas afetados** até 6 de maio de 2024 (POSSANTI; MÜLLER; RUHOFF, 2024).

Há uma conexão direta entre desastres e desigualdade. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, afirmou que "uma adversidade reforça a outra: o acesso desigual a serviços deixa os mais vulneráveis expostos ao perigo de desastres, enquanto os efeitos dos desastres exacerbam as desigualdades e levam os mais vulneráveis a ainda mais pobreza." (PNUD, 2023). Segmentos anteriormente vulnerabilizados da população foram, portanto, os mais afetados. Um estudo do Núcleo Porto Alegre do Observatório das Metrópoles divulgado nas mídias mostrou que as **regiões metropolitanas mais afetadas são as de menor renda**, o que inclui a Zona Norte de Porto Alegre, na qual também predomina uma **população negra acima da média em relação a outras regiões da cidade** (AGUSTIN, 2024).

Neste contexto, um olhar atento à PSR, se faz necessário, pois:

- Essas pessoas tendem a viver em áreas de risco e/ou possuir condições precárias de moradia, necessitando se deslocar entre espaços de alojamento emergencial e provisório ou retornar para a rua;

- Possuem acesso restrito a recursos socioassistenciais e de saúde, o que pode agravar a vulnerabilidade e os problemas prévios de saúde física e mental, além de reforçar o aparecimento de outros;
- Enfrentam violências e iniquidades sociais que são intensificadas com os desastres.

Até abril de 2024, o CAdÚnico do Rio Grande do Sul possuía cerca de 12.840 pessoas em situação de rua, sendo que 4.592 pessoas (35,8%) estavam na capital Porto Alegre. Em maio foram contabilizadas 13.105 pessoas no estado e 4.705 (35,9%) em Porto Alegre. Esse pequeno aumento pode ser decorrente de pessoas em situação de rua existentes previamente e ainda não cadastradas e/ou novas pessoas em situação de rua. De qualquer maneira, é esperado um aumento dessa população após desastres, bem como, uma intensificação de problemas complexos devido à desorganização do acompanhamento gerada pelo evento que afeta tantas pessoas. Isso pode agravar e piorar problemas de saúde que afetam mais comumente a PSR, que já tem alta prevalência de uso de substâncias psicoativas (SPA) (36% a 58%), principalmente o álcool; problemas de saúde mental (36,1%); doenças respiratórias, como a tuberculose (30,8%); e HIV/AIDS (15%) (MENEZES, 2022; PIMENTA, 2019; UFRGS, 2016).

1.1. E a população em situação de rua (PSR), como ficou com as enchentes?

Sabemos que a PSR é um dos segmentos mais vulnerabilizados da população. As **ofertas de serviços anteriores à enchente já eram insuficientes** e com a calamidade a tendência piorou. A isso se acrescenta a perspectiva de aumento da PSR pós-enchentes, considerando o grande número de pessoas desabrigadas e que perderam seus domicílios não apenas no município de Porto Alegre, mas também na área metropolitana. Essa problemática precisa ser acompanhada e evitada a partir da oferta de políticas públicas efetivas para as pessoas desabrigadas, sem esquecer aquelas que já estavam nas ruas.

1.2. Quantas pessoas estavam em situação de rua em Porto Alegre antes e durante as enchentes?

Segundo o CadÚnico, em abril de 2024 Porto Alegre tinha 4.592 e em maio, 4.705 pessoas em situação de rua cadastradas. Entretanto, o número adotado pelo poder público municipal tem sido sistematicamente subdimensionado, chegando a apenas 2.378 pessoas segundo entrevista dada por autoridade pública da Secretaria de Desenvolvimento Social (SMDS) em março de 2024 (RDC TV, 2024). Além disso, o município de Porto Alegre não realiza novos censos da PSR desde 2015 (UFRGS, 2016).

Considerando as informações oriundas de diversas fontes, a tabela abaixo apresenta a quantidade de pessoas em situação de rua antes das enchentes, a partir de diversas fontes, por ordem cronológica:

Tabela 1 – Quantidade de pessoas em situação de rua em Porto Alegre, desde 2015, segundo diversas fontes.

ÓRGÃO/ ENTIDADE	PERÍODO	NÚMERO DA PSR	FONTE	LINK
FASC/UFRGS	2015/2016	2.115 pessoas	Pesquisa Cadastro e Mundo da PSR adulta de Porto Alegre (censo)	http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/cadastro_e_mundo_da_populacao_adulta_em_situacao_de_rua_de_porto_alegre_rs_2016.pdf
FASC	Jan/2020	2.679 pessoas	Equipes de abordagem social da FASC (Notícia Portal G1)	https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/07/14/porto-alegre-tem-mais-de-26-mil-moradores-em-situacao-de-rua-diz-fasc-onq-alerta-para-aumentar-o-no-numero-durante-pandemia.ghtml
FASC	Dez/2020	3.850 pessoas	Equipes de abordagem da FASC (Notícia GZH)	https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/03/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-em-porto-alegre-aumentou-3873-em-2020-ckluyq6b5004q0198z9tg0xzj.htm
PREFEITURA DE PORTO ALEGRE	Ago/2021	2.500 pessoas	PMPA (site)	http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/plano_rua.pdf
MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	Dez/2022	3.189 cadastros *	CadÚnico	https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf
MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)	Dez/2022	5.788 cadastros*	SISAB/SUS – registro de algum tipo de atendimento na Atenção Primária à Saúde	Essa informação foi obtida pelo Comitê Técnico Estadual de Saúde da PSR junto ao MS. Foram consideradas todas as equipes de: Estratégia de Saúde da Família (eSF), Equipe de Consultório na Rua (eCR) e Equipe de Atenção Primária (eAP) de Porto Alegre, excluindo-se as possíveis duplicações de cadastro.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Mai-Ago/2023	10.184 cadastros*	2º Relatório Quadrimestral de Gestão da SMS de 2023	http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu_doc/rg_2q_2023_corrigido.pdf (pág. 28, Equipes de Consultórios na Rua)
FASC/SEC. MUNICIPAL DE DESENV. SOCIAL (SMDS)	Mar/2024	2.371 pessoas	Secretário Municipal De Desenvolvimento Social	Informações apresentadas verbalmente pelo Secretário Municipal do Desenvolvimento Social Léo Voigt, em 19/03/2024, RDC TV (18' 17") https://www.youtube.com/watch?v=uhUs1K26vCc
CADÚnico	Abr/2024	4.592 pessoas	Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a PSR (UFMG)	https://obpoprua.direito.ufmg.br/

CADÚnico	Mai/2024	4.705 pessoas	Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a PSR (UFMG)	https://obpoprua.direito.ufmg.br/
----------	----------	---------------	--	---

*Cada cadastro equivale a uma pessoa.

A tabela acima expressa as discrepâncias observadas nas informações numéricas sobre a PSR de Porto Alegre, mostrando que o governo municipal subdimensiona essa população. As diferenças observadas entre as informações obtidas junto ao Ministério da Saúde (SISAB/SUS) e o CadÚnico, ambos referentes a dezembro de 2022, podem dever-se ao fato de haver mais pessoas da PSR cadastradas no SUS, mas também a uma diferença de critérios entre a saúde e a assistência social para considerar a situação de rua. Houve relatos anteriores da Assistência Social de Porto Alegre de desconsiderar pessoas em acolhimento institucional e moradia provisória como permanecendo em situação de rua.

E as diferenças em diferentes períodos do CadÚnico podem dever-se ao aumento do cadastramento de uma população já existente, mas também a um aumento decorrente da chegada de mais pessoas à situação de rua. Quanto aos números apresentados pelos Consultórios na Rua de Porto Alegre, bem maiores que os demais, pode estar ocorrendo um superdimensionamento em função de cadastros duplicados, além da contabilização de cadastros antigos e não apenas os ativos, incluindo-se pessoas que realmente saíram da rua ou foram a óbito. Por isso, ter um número aproximado real da PSR bem como informações qualitativas da mesma são fundamentais para o dimensionamento suficiente e adequado de ações e serviços dignos e de acordo com as necessidades dessa população.

1.3. Como estava a participação da PSR no acompanhamento e elaboração de políticas antes das enchentes?

A Política Nacional da População em Situação de Rua (PNSPSR), instituída em 2009, criou os Comitês Intersetoriais de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP Rua) nas diferentes esferas de governo. Os CIAMP Rua são espaços participativos paritários entre representantes da gestão e entidades da PSR ou que trabalham com a PSR. Porto Alegre instituiu seu CIAMP Rua municipal através do Decreto 19.087, de 22 de julho de 2015, com a participação de nove (9) órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e nove (9) entidades representativas dos interesses da PSR. O CIAMP Rua Municipal atuou de 2015 a 2018, sendo desmobilizado pelo poder público entre 2018 e 2021. Foi retomado em março de 2021 após denúncia do Movimento Nacional da População em Situação de Rua/POA ante o Ministério Público, atuando até fevereiro de 2022, quando foi novamente desmobilizado.

Desde 2020, o Projeto Passa e Repassa têm feito o acompanhamento das políticas públicas de Porto Alegre e, juntamente com outros grupos e coletivos como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), Coletivo Estadual da População em Situação de Rua, Pastoral do Povo da Rua, Jornal Boca de Rua, têm constatado que além de o município não ter atendido de maneira suficiente as demandas quantitativas da PSR, tampouco tem se preocupado em manter e estimular a participação da PSR em instâncias decisórias sobre ações e políticas.

2. LEVANTAMENTO DE OFERTAS DO PODER PÚBLICO ANTES E DURANTE AS ENCHENTES DE PORTO ALEGRE

Apresentamos, a seguir, um quadro comparativo das ofertas do poder público municipal antes e durante as enchentes em Porto Alegre. As informações foram obtidas a partir da busca dos termos de colaboração firmados entre poder público e Organizações da Sociedade Civil no Portal da Transparência do município e em sites oficiais da FASC e Prefeitura de Porto Alegre. A situação durante as enchentes foi acompanhada a partir de notícias nas mídias; visitas a serviços; informações veiculadas em grupos de rede social de apoio à PSR; informações de representantes de movimentos e coletivos da PSR; conversas com trabalhadores de saúde e assistência social; informações de representantes de conselhos de controle social; e relatos de pessoas em situação de rua obtidos em espaços de apoio. Destacamos entre as dificuldades desse processo a falta de informações em sites e redes sociais de órgãos oficiais. O quadro abaixo explicita as ofertas de espaços de pernoite, permanência, alimentação, higiene, cuidados em saúde e apoio à PSR:

Quadro 1 – Ofertas de vagas, ações e serviços do poder público para a PSR antes e durante as enchentes em Porto Alegre.

ANTES DAS ENCHENTES	DURANTE AS ENCHENTES (maio/2024)
ALBERGUES (até 264 vagas) - Dias da Cruz (<i>Associação Espírita</i>) – até 100 vagas - Acolher I (<i>Associação Restaurar</i>) – até 75 vagas - Acolher II (<i>Associação Restaurar</i>) – até 89 vagas	ALBERGUES (até 175 vagas) - Dias da Cruz (<i>Associação Espírita</i>) – até 100 vagas - Acolher I (<i>Associação Restaurar</i>) – até 75 vagas - Acolher II (<i>Associação Restaurar</i>) – evacuado, com realocação no alojamento emergencial da Rede Calábria.
ABRIGOS ADULTOS (até 100 vagas) - Marlene (administração direta) – até 50 vagas - Antigo Bom Jesus (ADRA) – até 50 vagas	ABRIGOS ADULTOS (até 100 vagas) - Marlene (<i>Administração Direta</i>) – até 50 vagas – evacuado, com realocação em espaço da CPCA na Lomba - Antigo Bom Jesus (ADRA) – até 50 vagas
CASA DE PASSAGEM MASCULINA ADRA – até 50 vagas	CASA DE PASSAGEM MASCULINA ADRA – até 50 vagas
ABRIGO DE FAMÍLIA Não específico para a PSR Aldeia SOS – até 4 famílias/30 vagas	ABRIGO DE FAMÍLIA Não específico para a PSR Aldeia SOS – 4 famílias/30 vagas
AUXÍLIO MORADIA (Decreto 12.657/00 e Decreto 20.814/20) Benefício eventual, não específicos para a PSR (650 benefícios?) (Segundo o Programa de Metas 2021-2024 até 2024 seriam 650 benefícios)	AUXÍLIO MORADIA (Decreto 12.657/00 e Decreto 20.814/20) Benefício eventual, não específico para a PSR (650 benefícios?) (Segundo o Programa de Metas 2021-2024 até 2024 seriam 650 benefícios) Desconhecido o número de locais afetados pelas enchentes com necessidade de evacuação e perda de pertences da PSR.
HOSPEDAGEM SOCIAL (Pousada Garoa) Não é específica para a PSR (400 vagas em 2024) 450 vagas em 2023.	HOSPEDAGEM SOCIAL (Pousada Garoa) Não é específica para a PSR (Número desconhecido de vagas em maio)

● 400 vagas em 2024 - uma das pousadas Garoa incendiou em 26/04/24; outra foi parcialmente interditada em 29/04/24 após vistoria da prefeitura, por falta de ventilação. Não há informações publicizadas sobre quantas vagas teriam sido fechadas.	● Uma das pousadas Garoa inundou e, pelo menos duas pessoas da PSR foram realocadas em alojamentos emergenciais
	ALOJAMENTOS EMERGENCIAIS ESPECÍFICOS PARA A PSR ● Rede Calábria, Vila Nova – até 140 vagas ● Amrut Amurtel, Ponta Grossa – até 50 vagas ● Padre Cerom, Restinga – até 40 vagas
CENTROS POP (240 vagas) ● I (Ilê Mulher, 19/02/19 a 31/12/24) – 80 vagas ● II (Fundação Solidariedade, 26/02/19 a 31/12/24) – 80 vagas ● III (Ilê Mulher 19/02/19 a 31/12/24) – 80 vagas	CENTROS POP (80 vagas) ● I - (Ilê Mulher. 19/02/19 a 31/12/24) – 80 vagas ● II (Fundação Solidariedade, 26/02/19 a 31/12/24) - alagado, equipe distribuída nos alojamentos emergenciais ● III (Ilê Mulher 19/02/19 a 31/12/24) – alagado, equipe distribuída nos alojamentos emergenciais
RESTAURANTES POPULARES Não são específicos para a PSR 931 almoços/dia ● ILHAS (Beith Shalom, 18/05/23 a 18/05/24) – 48.000 marmitas (131/dia) ● Centro (Beith Shalom, 12/11/19 a 13/11/24) - 200 almoços/dia ● Centro (Beith Shalom, 17/03/20 a 16/03/25) - 200 almoços/dia ● Cruzeiro (Beith Shalom, 12/11/19 a 13/11/24) - 100 almoços/dia ● Restinga (Mitra da Arquidiocese de POA, 17/03/20 a 16/03/25) - 100 almoços/dia ● Lomba (Beith Shalom, 17/03/20 a 16/03/25) - 100 almoços/dia ● Eixo Baltazar (Beith Shalom, 20/10/21 a 20/10/24) - 100 almoços/dia	RESTAURANTES POPULARES Não são específicos para a PSR (Menos de 800 almoços/dia ?) ● ILHAS (Beith Shalom, 18/05/23 a 18/05/24) - alagado, já encerrou parceria ● Centro (Beith Shalom, 12/11/19 a 13/11/24) - 200 almoços/dia ● Centro (Beith Shalom, 17/03/20 a 16/03/25) - 200 almoços/dia ● Cruzeiro (Beith Shalom, 12/11/19 a 13/11/24) - 100 almoços/dia ● Restinga (Mitra da Arquidiocese de POA, 17/03/20 a 16/03/25) - 100 almoços/dia ● Lomba (Beith Shalom, 17/03/20 a 16/03/25) - 100 almoços/dia ● Eixo Baltazar (Beith Shalom, 20/10/21 a 20/10/24) - 100 almoços/dia
CONSULTÓRIOS NA RUA ● Oeste (IB Saúde) - Moab Caldas ● Centro (IB Saúde) - Santa Marta ● Pavão (Santa Casa) - Humaitá, Navegantes/Ilhas ● Pintando Saúde (GHC) - Zona Norte/Eixo Baltazar ● Restinga (Associação Hospitalar Vila Nova) – Restinga, Sul, Extremo Sul	CONSULTÓRIOS NA RUA ● Oeste (IB Saúde) - Moab Caldas ● Centro (IB Saúde) - Santa Marta – alagado, atuando nos abrigos emergenciais (Calábria) ● Centro (Santa Casa) - Humaitá, Navegantes/Ilhas - alagado, atuando na busca ativa no Pavão

	● Pintando Saúde (GHC) - Zona Norte/Eixo Baltazar ● Restinga (Associação Hospitalar Vila Nova) – Restinga, Sul, Extremo Sul, atuando no abrigo emergencial (AMURT AMURTEL)
EMEF PORTO ALEGRE (EPA) ● Atende cerca de 100 pessoas em situação de rua através da inclusão educacional. Oferece banhos, almoços e lanches, dependendo dos turnos de permanência de cada estudante.	EMEF PORTO ALEGRE (EPA) ● Inundada. A equipe da escola passou a atuar nas ruas do Centro para acompanhar a situação dos estudantes e manter o vínculo.

Fonte: Trabalhadores dos serviços, representantes do CMAS, notícias na mídia.

Considerando as informações apresentadas acima, analisaremos a seguir as modificações nas ofertas à PSR.

2.1 Albergues, abrigos e casa de passagem previamente existentes

Estes três tipos de equipamento somavam até 414 vagas para adultos mais 30 vagas para famílias, perfazendo um total de até 444 vagas antes das enchentes. Ao tratar das vagas desses equipamentos, fazemos referência ao total contratualizado em cada equipamento, mas não ao realmente ocupado, pois o número de vagas realmente ocupadas não costuma ser informado pelo poder público municipal.

Com as enchentes, um albergue (Acolher II) com até 89 vagas e um abrigo (Abrigo Marlene) com até 50 vagas foram afetados. As pessoas do albergue foram realocadas num dos abrigos provisórios, com 140 vagas,

chegando a ocupar 51% das vagas do mesmo². As pessoas do abrigo foram remanejadas para outro espaço não inundado (espaço da CPCA na Lomba do Pinheiro). As enchentes afetaram, portanto, até 139 pessoas que poderiam estar nesses dois equipamentos. Além disso, a ocupação de vagas de um dos alojamentos provisórios com as pessoas do albergue inundado levou à redução de vagas para pessoas ainda na rua, afetadas pelas enchentes, que precisariam também dessas vagas.

Logo após as enchentes, em 3 de junho, houve aditivo ao termo de colaboração com o Albergue Dias da Cruz, para incrementar 60 metas diurnas, além das 100 metas noturnas já vigentes, de maneira a ofertar para 60 pessoas permanência 24 horas. Essas 60 vagas passaram a ser ocupadas por pessoas em situação de rua que estavam no alojamento provisório do Colégio Julinho, que não foi específico para a PSR. Relatos obtidos de pessoas em situação de rua que estavam nesse albergue mencionavam que muitos teriam que sair do mesmo para que outros pudessem ocupar essas vagas. Ao serem averiguados sobre os prováveis critérios que seriam utilizados para essas mudanças foi dito que provavelmente manteriam no albergue “os mais comportados”. Destaca-se que essas modificações foram realizadas sem apresentar as propostas em espaços de controle social.

2.2. Alojamentos emergenciais

²

Informação obtida a partir de levantamentos feitos nos alojamentos provisórios veiculada nos grupos de apoio à PSR.

Nas primeiras semanas de maio foram criados mais de 200 alojamentos provisórios em Porto Alegre, chegando a abrigar cerca de 17.000 pessoas oriundas do próprio município e da região metropolitana³. Esses alojamentos ficaram sob a responsabilidade de três tipos de organizações: 1) grupos voluntários (igrejas, escolas, associações de pais, clubes e outros); 2) Organizações da Sociedade Civil (OSC) anteriormente parceirizadas para a prestação de outros serviços com o poder público municipal; e 3) órgãos do poder público municipal, tais como a Fundação de Assistência Social e Cidadania, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude. A gestão desses alojamentos ocorreu de maneira descoordenada, com falta de pessoal, despreparo e dificuldades de comando do poder público municipal, falta de protocolos, registros e informações unificadas. Gradativamente esse processo foi ficando um pouco mais organizado.

Em relação à População em Situação de Rua, foram abertos especificamente **três alojamentos emergenciais** na zona sul da cidade (PMPA, 2024). Dois deles foram abertos por OSC parceirizadas que já prestavam serviços na abordagem social de rua, que ofertaram espaços e trabalhadores: AMURT/AMURTEL, com até 50 vagas e Rede Calábria, com até 140 vagas; e o terceiro sob responsabilidade da FASC, na igreja católica Padre Pedro Leonardi, na Restinga, com até 40 vagas. Esses alojamentos somaram 190 vagas e chegaram a abrigar 283 pessoas até o final de maio de 2024, pois houve rotatividade de pessoas. Na Rede Calábria acolheram-se 160 pessoas; na AMURT 63 pessoas; e no Padre Pedro Leonardi, 50 pessoas. O número de pessoas acolhidas foi se

³

Informações repassadas por representante da FASC em reunião interna do Conselho Municipal de Assistência Social em 21/06/2024.

reduzindo gradativamente, havendo suspensão do ingresso de pessoas na semana final de maio, para a desativação gradual desses espaços, por serem utilizados em projetos sociais com crianças e adolescentes que foram suspensos durante as enchentes. Entretanto, relembramos que parte dessas vagas, principalmente no Rede Calábria, foram utilizadas para realocar os albergados transferidos do Acolher II (51% dos abrigados nesse alojamento).

O perfil das pessoas acolhidas nesses alojamentos não foi registrado de maneira unificada, corroborando as dificuldades de coordenação do processo por parte da FASC. Algumas informações veiculadas por instâncias de controle social mostraram o seguinte perfil:

Tabela 2 – Perfil da população acolhida em alojamentos emergenciais provisórios exclusivos para a PSR

Alojamento	Rede Calábria	AMURT/AMURTEL	Padre Pedro Leonardi
Gênero	Não especificado	73,8% homens cis 10% mulheres cis 8,2% mulheres trans 1% homem trans	86% homens 14% mulheres.
Faixa Etária	Não especificado	18 a 25 anos – 2% 26 a 40 anos – 46,9% Mais de 40 anos – 50%	18 a 25 anos – 10,4% 26 a 40 anos – 45,8% Mais de 40 anos – 43,8%
Forma de Ingresso	51% pelo "Acolher 2" 12% não identificado 10% pelo "Pop 1" 6% pelo CAPS AD IV Restante por equipes de abordagem	Não especificado	Não especificado

Acompanhamento anterior	Sem acompanhamento prévio pelo SUAS - 33 pessoas 20,6%)	Centros POPs - 44,6% CRAS Farrapos – 1% SEAS - mais de 50%	Aicas centro – 36,4% CREAS Centro – 18,2% Centro POP 2 – 18,2% CRAS Farrapos – 4,5% SEAS - restante
Serviços de referência	Não especificado	64,3% com serviços de referência: 1% CREAS Farrapos 2,4% CAPS Girassol 2,4% CRAS Centro -	66,7% Centro POP 12,5% CREAS Centro/Ilhas 8,3% sem serviço de referência Restante no Albergue Dias da Cruz e SAF Santa Rita
Acesso a benefícios sociais	16 acolhidos já acessaram pousada Priorização para acesso a benefícios devido à desmobilização das pousadas	82,2% Bolsa Família 15,6% BPC	88,9% Bolsa Família 7,4% BPC 3,7% aposentadoria
Encaminhamentos e Demandas	Diversas necessidades incluindo acolhimento institucional e auxílio moradia. -	Demandas incluem acolhimento institucional, retorno para casa, auxílio moradia, com várias combinações desses serviços.	Encaminhamentos incluem solicitação de auxílio moradia, agendamento de atendimento com o Centro POP, e encaminhamento para acolhimento institucional.
Total de pessoas acolhidas	160	63	50

Fonte: adaptado como tabela de informações repassadas por instâncias de controle social.

Transcreve-se, a seguir, a análise dessas informações realizada pelos grupos responsáveis pelos alojamentos:

1. Perfil demográfico

Os três alojamentos apresentam uma predominância de homens entre os acolhidos. O Alojamento Amurt inclui uma maior diversidade de gênero com uma significativa proporção de mulheres trans e homens trans. Em termos de faixa etária, a maioria dos acolhidos nos três alojamentos tem mais de 40 anos ou está entre 26 e 40 anos.

2. Acompanhamento Anterior pelo SUAS

Os dados mostram que uma parte significativa dos acolhidos em todos os alojamentos não tinha acompanhamento prévio pelo SUAS. O Alojamento Padre Pedro Leonardi destaca um acompanhamento significativo pelo Aicas Centro e CREAS Centro, enquanto o Amurt mostra uma forte presença de acompanhamento por centros POPs e SEAS.

3. Benefícios Sociais e Demandas

A maioria dos acolhidos nos três alojamentos recebe benefícios sociais, com destaque para o Bolsa Família. O Alojamento Padre Pedro Leonardi mostra a maior porcentagem de beneficiários do Bolsa Família. As demandas

principais incluem acolhimento institucional e auxílio moradia, com o Padre Pedro Leonardi também destacando a necessidade de encaminhamentos para serviços de referência e apoio adicional.

Também foram feitas sugestões dos serviços a partir das demandas apresentadas nesses alojamentos, explicitadas no quadro abaixo:

Quadro 2 – Sugestões para aprimorar o acolhimento da população em situação de rua.

1. Fortalecimento e Expansão de Acolhimento Institucional	Ampliar a capacidade dos serviços de acolhimento institucional para atender à demanda crescente e garantir condições adequadas para a permanência dos acolhidos.
2. Implementação de Programas de Auxílio Moradia	Desenvolver e expandir programas de auxílio moradia que ofereçam suporte financeiro e estrutural para garantir a estabilidade habitacional dos indivíduos em situação de rua.
3. Integração com Serviços de Saúde Mental e CAPS	Fortalecer a parceria com Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros serviços de saúde mental para oferecer atendimento especializado
4. Aprimoramento dos Serviços de Referência	Melhorar a coordenação entre os diferentes serviços de referência, como CREAS, CRAS, e centros POP, para garantir um atendimento integrado e eficaz.
5. Aumentos das Equipes de Abordagem Social	Aumentar o número e a qualificação das equipes de abordagem social para alcançar mais pessoas em situação de rua e facilitar seu encaminhamento para os serviços adequados.
6. Capacitação para Empregabilidade -	Oferecer programas de capacitação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho, facilitando a reinserção econômica dos acolhidos.
7. Estabelecimento de Centros de Atendimento Integrado	Criar centros que ofereçam uma variedade de serviços em um único local, incluindo saúde, assistência social, jurídica e educacional, facilitando o acesso e a coordenação do atendimento.

8. Monitoramento e Avaliação Contínuos	Implementar um sistema de monitoramento e avaliação contínua para acompanhar o progresso dos indivíduos atendidos, ajustando os planos de acompanhamento conforme necessário.
--	---

Fonte: Adaptado como quadro de sugestões elaboradas pelos grupos envolvidos nos alojamentos.

Antecedendo as enchentes, em 26 de abril uma das pousadas Garoa incendiou, o que levou a óbito 10 pessoas e deixou outras 15 feridas. As pessoas em situação de rua sobreviventes a esse incêndio que precisaram internação e tiveram alta foram para o antigo abrigo Bom Jesus, atualmente sob administração da ADRA. Os demais sobreviventes tiveram distintos destinos: alguns foram remanejados para outras pousadas Garoa, como a que inundou e, novamente precisaram ser remanejados para alojamentos emergenciais nas enchentes; outros retornaram para a rua; outros foram para albergues. Em 29 de abril uma fiscalização municipal também interditou parcialmente outra das pousadas garoa, por falta de ventilação. Não foi divulgado para onde foram encaminhadas

as pessoas usuárias desse local

(<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/pousada-da-rede-garoa-%C3%A9-interditada-parcialmente-pela-prefeitura-1.1488776>), assim como não houve divulgação de quem poderiam ser as 5 pessoas mortas no incêndio e não identificadas. Ou seja, são desconhecidos publicamente os números de pessoas da PSR alojadas em cada uma das pousadas Garoa e o destino exato delas tanto com o incêndio, quanto da interdição e o incêndio de outras duas pousadas. Também é desconhecido o real número de vagas contratualizado com a Pousada Garoa em 2024, pois o Contrato Registrado Secon n. Nº 81040 / 2022 (https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2022_810404401878.pdf), de 12 meses, foi prorrogado Pelo Termo Aditivo I (Contrato Registrado Secon n. 87143/2023) por mais 12 meses, até dezembro de 2024 (https://cnc.procempa.com.br/cnc/servlet/cnc.procempa.com.br.wp_contratos?31419), com redução do valor total pago, mas sem especificação do montante de vagas. Em divulgações na mídia houve menção de que seriam 320 vagas (<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/04/26/veja-tudo-o-que-se-sabe-sobre-incendio-em-pousada-de-porto-alegre-que-deixou-ao-menos-10-mortos.ghml>).

Falta de informações precisas também ocorrem em relação ao **benefício eventual Auxílio Moradia**, que consta com 650 benefícios previstos nos planos municipais (Plano Ação Rua 2021-2024). Instituído durante a pandemia (Decreto 12.657/00 e Decreto 20.814/20), este o benefício, de R\$ 500,00, é depositado mensalmente na

conta do beneficiário cadastrado e selecionado pela FASC, que deve comprovar sistematicamente a sua utilização para o pagamento de aluguel de quarto ou casa. A duração do benefício é de 6 meses, prorrogável semestralmente até completar dois (2) anos. Mas este não é um benefício exclusivo para a PSR, pois abrange outros segmentos da população como migrantes, famílias retiradas de locais de risco, de ocupações, e outros.

O **auxílio moradia** é geralmente utilizado pela PSR para locar peças em pensões mais centrais e, algumas vezes, moradias em bairros periféricos. Mas a FASC não divulga informações precisas sobre o número de beneficiários da PSR e a localização das suas moradias. Entretanto, os coletivos que atuam com a PSR sabem que a maioria aluga quartos no entorno da rodoviária e do centro da cidade, local que foi muito afetado pelas enchentes. Relatos de representantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) referiram que beneficiários que evacuar de quartos e pensões inundadas, perdendo todos os seus pertences.

Quanto à utilização de vagas por parte de PSR em **alojamentos emergenciais para a população geral**, houve relatos de utilização de vagas em diversos espaços, como o Colégio Julinho (70 pessoas); espaço CESMAR (19 pessoas); APAMECOR (2 pessoas), e outros. Essa contabilização foi imprecisa e houve relatos de segregação e não aceitação do ingresso da PSR em vários desses alojamentos. (<https://www.terra.com.br/planeta/atitude-sustentavel/a-maioria-dos-abrigos-nao-recebe-pessoas-em-situacao-de-rua-diz-ong-do-rs,26db39943733a416551398be279e91e8q5cdri7o.html>)

Atendo-nos ao número de ofertas antes das enchentes, observamos que havia 444 vagas em acolhimento institucional e até 970 vagas em moradias provisórias. Durante as enchentes, apesar do acolhimento de 283 pessoas em alojamentos emergenciais houve **redução para 355 vagas do acolhimento institucional e redução desconhecida do número de vagas na hospedagem social e no auxílio moradia**, pela inundação desses espaços. Considerando que no CadÚnico constam 4.705 pessoas em situação de rua cadastradas em Maio de 2024 em Porto Alegre, constatamos que as ofertas anteriores às enchentes eram insuficientes e assim continuaram ou até pioraram nesse período. Essa insuficiência se mantém mesmo com o número subdimensionado utilizado pela FASC, de 2.378 pessoas em situação de rua.

Em relação aos **Centros POP**, dois dos três existentes ficaram inundados. Das 240 vagas diárias que eles somam, houve perda de 160 vagas. Manteve-se em funcionamento apenas um dos Centro POP, que oferece 80 vagas diárias. O Centro Pop que continuou funcionando passou a receber grande demanda rapidamente, para atender as demandas de triagem e encaminhamentos por abrigagem e outras demandas da PSR. Entre as várias ofertas dos Centros POP está o acesso a higiene pessoal (banhos, necessidades fisiológicas) e lanches. O fechamento de dois CentrosPop dificultou ainda a mais a situação da PSR.

A enchente também afetou a oferta em relação aos **Restaurantes Populares** de Porto Alegre. Estes não são exclusivos para a PSR. Um dos Restaurantes Populares, localizado nas Ilhas, tinha previsto o encerramento do contrato em 18 de maio de 2024, mas a enchente afetou seu funcionamento e antecedeu essa data. O

encerramento desse Restaurante Popular reduziu de 931 almoços diários para 800 almoços. E parte desses almoços - cerca de 180 – passaram a ser encaminhados para dois dos alojamentos emergenciais da PSR, o que acarretou uma redução de oferta para 620 almoços. Estamos averiguando a real oferta dos Restaurantes Populares no período das enchentes, pois nada foi divulgado a esse respeito. Portanto, há dúvidas se houve a manutenção da oferta deles nesse período.

Considerando, ainda a questão alimentar da PSR, lembramos que houve perda de 160 lanches dos Centros Pop, que talvez tenham sido repassados para os alojamentos emergenciais , pois as equipes destes Centros Pop foram realocadas nos mesmos. Houve também perda de 75 jantas e cafés da manhã com a inundação do albergue Acolher II que podem ter sido repassados para os alojamentos emergenciais que receberam essas pessoas. Alguns desses remanejamentos de refeições foram confirmados por trabalhadores dos alojamentos emergenciais. Mas não sabemos exatamente quantas dessas refeições foram realmente remanejadas. De qualquer maneira, constatamos que houve uma redução de oferta em termos das refeições para a PSR durante as enchentes, **aumentando a insegurança alimentar** dessa população.

Os serviços de saúde da PSR também foram afetados pelas enchentes. Dois dos cinco (5) **Consultórios na Rua** (eCR) foram inundados. As equipes desses serviços foram redistribuídas para atender nos alojamentos emergenciais específicos da PSR e, no caso de um dos eCR, para busca ativa de seus usuários nas regiões do centro. Houve também inundação do CAPS AD IV e de dois CAPS AD III (Pernambuco já na primeira enchente e

Girassol na segunda enchente), todos são serviços de referência para a PSR. Essas equipes foram redistribuídas para atender os alojamentos emergenciais.

Considerando, portanto as ofertas de: acolhimento institucional (abrigos, casa de passagem, albergues), moradia provisória (auxílio moradia e hospedagem social), abrigos emergenciais, alimentação e higiene por parte do poder público de Porto Alegre, a tabela abaixo compara a situação da PSR antes e após a enchente:

Tabela 2 – Comparação de ofertas de acolhimento institucional (abrigos, casa de passagem), albergues ou moradia provisória (auxílio moradia e hospedagem social); alimentação e higiene por parte do poder público de Porto Alegre para a PSR. Maio de 2024.

DESCRIÇÃO	ANTES DA ENCHENTE	DURANTE ENCHENTE
ABRIGOS, ALBERGUES, CASA DE PASSAGEM	420 vagas	345 vagas
ALOJAMENTOS EMERGENCIAIS	-	190 vagas
AUXÍLIO MORADIA E HOSPEDAGEM SOCIAL	Cerca de 970 vagas	Menos do que antes da enchente, mas faltam informações precisas
ALIMENTAÇÃO DIÁRIA (Restaurantes Populares, CentrosPop, Abrigos, Albergues, Casa de Passagem)	931 almoços 240 lanches 240 jantas e cafés da manhã 170 refeições 4 a 6 vezes ao dia (abrigos)	Menos 620 almoços? 60 lanches 165 jantas e cafés da manhã 360 refeições 4 a 6 vezes ao dia (abrigos)
ACESSO A HIGIENE (BANHO)	630**	595**

* Faltam informações sobre PSR abrigada em alojamentos emergenciais da população geral, mas os relatos apontam que não houve uma ocupação massiva da PSR desses espaços.

** Contabilizaram-se vagas em abrigos, albergues, casa de passagem e centros POP. Pela imprecisão das informações da moradia provisória através do auxílio moradia e da hospedagem social estas não foram contabilizadas. De qualquer maneira, sabemos que houve redução de oferta delas durante a enchente.

A tabela acima evidencia que durante a enchente houve redução de ofertas de diversos tipos de ações à PSR de Porto Alegre, intensificando-se a sua vulnerabilização. As enchentes em Porto Alegre inundaram e afetaram afetaram 8 dos 22 serviços específicos da PSR em Porto Alegre (assistência social, saúde e educação), que tiveram que suspender seu funcionamento e remanejar equipes para outros serviços, como os alojamentos emergenciais. Também foram inundados 3 CAPS AD frequentados por essa população. Moradias provisórias pagas com o benefício auxílio moradia e vagas em hospedagem social também sofreram inundações e afetaram um número desconhecido de pessoas em situação de rua usuárias dos mesmos. Concluimos, a partir deste levantamento, que a PSR teve piora de sua situação com redução de oferta de acesso a espaços protegidos, a alimentação e a higiene durante as enchentes.

AGUSTIN, A. Núcleo Porto Alegre analisa os impactos das enchentes na população pobre e negra do Rio Grande do Sul. 23 mai 2024. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/>

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Ministério de Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Política Nacional de Defesa Civil. Diário Oficial da União. 11 Abr 2012. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm

MENEZES, D.B. População em situação de rua no Rio Grande do Sul de acordo com o Cadastro Único/Daiane Boelhauwer Menezes, Ana Clara Grassi. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2022. 35p. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202212/05131018-relatorio-tecnico-populacao-em-situacao-de-rua-no-rio-grande-do-sul-de-acordo-com-o-cadastro-unico-1.pdf>

PIMENTA, M.M. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: Processos de estigmatização e invisibilidade social. Civitas - Revista de Ciências Sociais, 2019, 19:(1);82-104. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/ZJ8DJ6tQTmZNCwBkBcrDRJH/abstract/?lang=pt#>

POSSANTTI, I.; MÜLLER, J.; RUHOFF, A. _Cheias no Rio Grande do Sul. Base de dados e informações geográficas na Região Hidrográfica do Lago Guaíba e na Lagoa dos Patos em 2024. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://storymaps.arcgis.com/stories/a81d69f4bccf42989609e3fe64d8ef48>

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Dia Internacional para a Redução do Risco de Desastres, 13 de outubro. PNUD Brasil. 11 out 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/dia-internacional-para-reducao-do-risco-de-desastres-13-de-outubro>

PMPA. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Fasc acolhe pessoas em situação de rua em três alojamentos provisórios. 17 mai 2024. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/fasc/noticias/fasc-acolhe-pessoas-em-situacao-de-rua-em-tres-alojamentos-provisorios>

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/rs. 2016. Disponível em: https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/cadastro_e_mundo_da_populacao_adulta_em_situacao_de_rua_de_porto_alegre_rs_2016.pdf

RDC TV. Cruzando as conversas ao vivo. Youtube. 19 mar 2024. <https://www.youtube.com/watch?v=uhUs1K26vCc>

<https://www.youtube.com/watch?v=uhUs1K26vCc>